

Acordo entre a Ultracargo e MPE fica para fevereiro

Empresa irá propor benefícios para prejudicados com incêndio



Devido o incêndio, cerca de 600 ações judiciais foram impetradas contra a empresa, que fica na Alemoa

DA REDAÇÃO

A proposta de acordo que a Ultracargo fará ao Ministério Público Estadual (MPE), com os benefícios que serão oferecidos aos pescadores, caminhoneiros e população que tiveram prejuízos com o incêndio de seis tanques de combustíveis, na Alemoa, em Santos, será apresentada somente no dia 18 de fevereiro.

Ontem, em reunião convocada pela empresa, foram apresentados ao MPE diversos itens que possivelmente estarão presentes na proposta de acordo, mas segundo o promotor do Meio Ambiente e Urbanismo de Santos, Daury de Paula Júnior, tudo ainda está em fase preliminar.

“Esse foi mais um encontro protocolar. Em fevereiro é que acontecerá a minuta de debate, com a proposta”, disse o promotor.

A Ultracargo, em nota, informa que permanece em diálogo com o MPE com vistas a alcançar um acordo satisfatório para as partes envolvidas.

“A empresa não se pronuncia a respeito de ações judiciais em curso e informa ainda que o monitoramento da área tem revelado que os impactos do incidente foram pontuais e temporários, tendo sido constatada a recuperação natural e paulatina do meio”.

O CASO

Devido o incêndio, há nove meses e meio, cerca de 600 ações judiciais foram impetradas contra a empresa para que indenize pescadores, caminhoneiros e moradores de áreas próximas ao local do fogo.

A ocorrência, que durou 192 horas (oito dias) e foi a que mais tempo o Corpo de Bombeiros levou para debelar em sua história, obrigou a suspensão do tráfego na via de acesso ao Porto. Até hoje, não se sabe o que deu início ao fogo.

O combate ao incêndio e o consequente uso de bilhões de litros de água fez escoar para o estuário resíduos de combustível que prejudicaram o ecossistema.

Na primeira semana após a ocorrência, já se contabilizavam dez toneladas de peixes mortos.

Advogado representante de três colônias de pescadores da região, Emerson Souza Gomes estima que tenha ingressado com cerca de 600 ações contra a empresa para reparações a moradores de Santos e localidades próximas – cada uma delas com valores entre R\$ 100 mil e R\$ 120 mil.

Uma semana após o incêndio, a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) aplicou multa de R\$ 22,5 milhões ao grupo proprietário do terminal por danos ambientais, riscos para a população e outras consequências na zona industrial de Santos.